

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - B
2 - C
3 - D
4 - A
5 - C
6 - C

MATEMÁTICA

7 - A
8 - D
9 - D
10 - C

INFORMÁTICA

11 - B
12 - C
13 - A

CONHECIMENTOS GERAIS

14 - B
15 - B
16 - C

CONHECIMENTOS REGIONAIS

17 - B
18 - E
19 - C
20 - D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DA PMPI

21 - D
22 - C
23 - A
24 - E
25 - B
26 - C
27 - A
28 - E
29 - B
30 - C

NOÇÕES DE DIREITO

31 - B
32 - D
33 - D
34 - C
35 - C
36 - A
37 - C
38 - B
39 - B
40 - B

Quando a máquina se torna colega

A chegada da inteligência artificial aos ambientes de trabalho costuma ser anunciada em tom definitivo. De um lado, há quem veja nas novas ferramentas a promessa de eliminar tarefas repetitivas e ampliar a capacidade humana de criação. De outro, há quem imagine um futuro em que profissionais serão gradualmente afastados por sistemas capazes de produzir textos, analisar dados e tomar decisões em poucos segundos. Entre o entusiasmo e o receio, porém, **existe um território menos visível**: o das escolhas feitas pelas instituições e pelas pessoas que utilizam essas tecnologias.

Uma ferramenta não transforma uma profissão de maneira isolada. Seus efeitos dependem das funções que lhe são atribuídas, das regras estabelecidas para seu uso e da formação oferecida aos trabalhadores. Um sistema pode auxiliar um médico a organizar informações, um professor a preparar materiais e uma empresa a identificar padrões em grandes conjuntos de dados. Nada disso, contudo, elimina a necessidade de avaliar resultados, reconhecer erros e assumir responsabilidade pelas decisões tomadas.

Também seria **precipitado** considerar que apenas as atividades mecânicas serão afetadas. A inteligência artificial já alcança setores que exigem linguagem, planejamento e criatividade. Isso não significa que essas capacidades tenham perdido seu valor. Ao contrário: quanto mais uma máquina produz respostas aparentemente convincentes, mais necessário se torna o profissional capaz de formular boas perguntas, examinar fontes e perceber aquilo que os dados não revelam.

O desafio, portanto, não consiste apenas em aprender a operar novos programas. Exige-se dos trabalhadores uma formação contínua, e espera-se das organizações transparência quanto aos critérios utilizados pelos sistemas. Quando uma decisão automatizada interfere na contratação de um candidato, na concessão de um benefício ou na avaliação de um funcionário, não basta afirmar que “o algoritmo decidiu”. Toda tecnologia empregada socialmente carrega as escolhas daqueles que a desenvolveram e daqueles que a adotaram.

A inteligência artificial talvez não substitua simplesmente o trabalhador, como sugerem algumas previsões. É mais provável que modifique tarefas, reorganize profissões e valorize competências diferentes das que hoje predominam. O futuro do trabalho, assim, não será definido somente pela capacidade das máquinas, mas pela forma como os seres humanos decidirão incorporá-las à vida profissional.

01) Depreende-se corretamente do texto que

- A) a substituição integral dos trabalhadores por sistemas inteligentes constitui uma consequência inevitável do avanço tecnológico.
- B) os impactos da inteligência artificial no trabalho dependem não apenas de suas capacidades técnicas, mas também das decisões humanas e institucionais relacionadas ao seu emprego.
- C) as atividades profissionais ligadas à criatividade permanecerão completamente imunes às transformações tecnológicas.
- D) a utilização de sistemas automatizados elimina a responsabilidade daqueles que adotam as decisões por eles apresentadas.
- E) a formação profissional deverá concentrar-se exclusivamente no domínio operacional de novos programas.

02) No primeiro parágrafo, a expressão “existe um território menos visível” refere-se

- A) ao espaço físico em que são desenvolvidos os sistemas de inteligência artificial.
- B) às profissões que ainda não utilizam ferramentas tecnológicas em suas atividades.
- C) ao conjunto de decisões humanas e institucionais que influencia os efeitos da tecnologia sobre o trabalho.
- D) às informações que os trabalhadores procuram esconder dos sistemas automatizados.
- E) ao mercado de trabalho informal, que não dispõe de regras para a adoção de novas tecnologias.

03) A palavra “precipitado”, empregada no terceiro parágrafo, apresenta sentido equivalente a apressado. Quanto à sua estrutura e formação, está correto afirmar que:

- A) deriva do substantivo precipício por composição por justaposição.
- B) resulta da união de duas palavras autônomas, sem alteração fonética.

- C) é formada pelo acréscimo de prefixo e sufixo simultaneamente ao radical cita.
D) corresponde ao particípio do verbo precipitar, empregado no texto com valor de adjetivo.
E) é palavra primitiva, da qual se originaram o verbo precipitar e o substantivo precipitação.

04) No período:

“Quanto mais uma máquina produz respostas aparentemente convincentes, mais necessário se torna o profissional capaz de formular boas perguntas”, as orações estabelecem entre si uma relação de

- A) proporcionalidade, pois o aumento de uma circunstância acompanha o aumento da outra.
B) concessão, pois a segunda oração apresenta um fato contrário ao expresso na primeira.
C) finalidade, pois a primeira oração indica o objetivo da ação apresentada na segunda.
D) causa, pois a segunda oração apresenta o motivo exclusivo da produção de respostas pela máquina.
E) condição, pois a necessidade do profissional depende de uma hipótese considerada improvável.

05) A frase redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância é:

- A) Deve existir critérios transparentes para a utilização de sistemas automatizados nas empresas.
B) A análise dos dados e a revisão das decisões permanece indispensável ao uso responsável da tecnologia.
C) Podem ocorrer, durante o funcionamento dos sistemas, resultados imprecisos ou interpretações inadequadas.
D) É necessário a formação contínua e o desenvolvimento de novas competências profissionais.
E) Fazem alguns anos que as ferramentas de inteligência artificial passaram a integrar o ambiente de trabalho.

06) A frase redigida de acordo com a norma-padrão é:

- A) As empresas devem informar aos trabalhadores, os critérios que conduziram à determinada decisão automatizada.
B) O profissional precisa estar atento à possíveis falhas e disposto à revisar os resultados produzidos pelo sistema.
C) Cabe às organizações garantir transparência, oferecer formação adequada e responder pelos efeitos das tecnologias adotadas.
D) A confiança irrestrita aos algoritmos pode conduzir à decisões, cujas consequências nem sempre são previsíveis.
E) À medida que as tecnologias evoluem os trabalhadores, precisam adaptar-se às novas exigências profissionais.

GABARITO COMENTADO DE PORTUGUÊS

Questão 01 — Alternativa B

A tese central sustenta que os efeitos da inteligência artificial não decorrem apenas das características da tecnologia. Eles dependem das funções atribuídas aos sistemas, das regras de utilização, da formação dos trabalhadores e das escolhas das instituições.

Questão 02 — Alternativa C

A expressão é metafórica. O “território menos visível” corresponde ao conjunto de decisões humanas e institucionais situado entre o entusiasmo e o medo provocados pela inteligência artificial.

Questão 03 — Alternativa D

Precipitado é o particípio do verbo precipitar. No texto, aparece como predicativo em “seria precipitado considerar”, assumindo valor adjetivo e significando apressado, irrefletido.

Questão 04 — Alternativa A

A construção correlativa “quanto mais... mais...” estabelece relação de proporcionalidade: à medida que aumenta a capacidade das máquinas de produzir respostas convincentes, aumenta também a necessidade de profissionais capazes de avaliá-las criticamente.

Questão 05 — Alternativa C

O sujeito composto posposto é “resultados imprecisos ou interpretações inadequadas”. O verbo aparece corretamente no plural:

Podem ocorrer resultados imprecisos ou interpretações inadequadas.

Nas demais:

A: Devem existir critérios;

B: a análise e a revisão permanecem indispensáveis;

D: São necessárias a formação contínua e..., ou É necessária a formação contínua...;

E: Faz alguns anos, pois o verbo fazer, indicando tempo transcorrido, é impessoal.

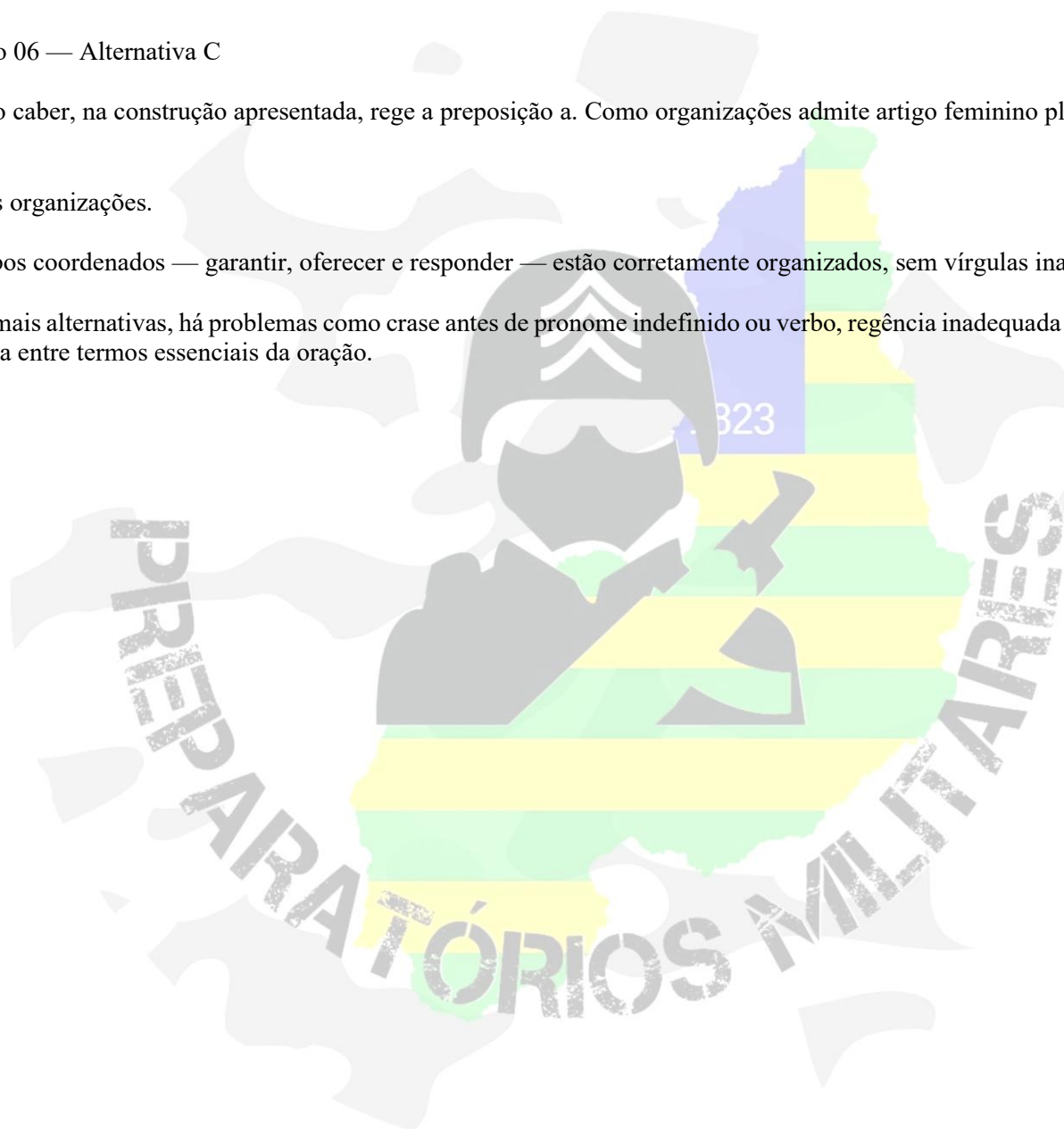
Questão 06 — Alternativa C

O verbo caber, na construção apresentada, rege a preposição a. Como organizações admite artigo feminino plural, ocorre crase:

Cabe às organizações.

Os verbos coordenados — garantir, oferecer e responder — estão corretamente organizados, sem vírgulas inadequadas.

Nas demais alternativas, há problemas como crase antes de pronome indefinido ou verbo, regência inadequada e separação indevida entre termos essenciais da oração.



07) Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de valores lógicos (V ou F) das proposições a seguir:

- () 2 não é primo e 4 é quadrado perfeito.
 () 2 não é primo ou 4 é quadrado perfeito.)
 () 2 não é primo, então 4 é quadrado perfeito.
 () 2 não é primo se, e somente se, 4 é quadrado perfeito.

- a) F – V – V – F.
 b) F – V – F – V.
 c) F – F – V – V.
 d) V – F – V – F.
 e) V – V – F – F.

Comentários:

Para avaliar o valor lógico das proposições compostas apresentadas, é necessário fazer uso de alguns conhecimentos de Matemática Básica. Considere as seguintes proposições simples:

p: "2 não é primo."

q: "4 é quadrado perfeito."

Note que **p** é falso, pois 2 é um número primo. Além disso, **q** é verdadeiro, pois 4 pode ser escrito como um número natural elevado ao quadrado: 2^2 .

Vamos agora avaliar as proposições compostas.

() [2 não é primo] e [4 é quadrado perfeito]. **FALSO.**

Sabemos que a **conjunção "e"** é verdadeira somente quando ambas as proposições são verdadeiras. No caso em questão, temos a conjunção $p \wedge q$ da forma **FVV**, que é falsa.

() [2 não é primo] ou [4 é quadrado perfeito]. **VERDADEIRO.**

A **disjunção inclusiva "ou"** é falsa somente quando ambas as proposições são falsas. No caso em questão, temos a disjunção inclusiva $p \vee q$ da forma **FVV**, que é verdadeira.

() [2 não é primo], então [4 é quadrado perfeito]. **VERDADEIRO.**

Note que temos uma **condicional** $p \rightarrow q$ com a omissão do termo "se".

Sabemos que a **condicional** é falsa somente quando a primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa. No caso em questão, temos a condicional da forma $F \rightarrow V$, que é verdadeira.

() [2 não é primo] se, e somente se, [4 é quadrado perfeito]. **FALSO.**

A **bicondicional "se e somente se"** é verdadeira quando ambas as proposições tiverem o mesmo valor. No caso em questão, temos a bicondicional $p \leftrightarrow q$ da forma **F $\leftrightarrow$ V**, que é falsa.

Logo, a **sequência correta** é **F – V – V – F**.

Gabarito: Letra A.

08) Considerando que a proposição P é verdadeira e a proposição Q é falsa, assinale a alternativa que apresenta uma proposição composta falsa.

- a) $(P \vee Q)$
 b) $(P \wedge \sim Q)$
 c) $(\sim P \vee \sim Q)$
 d) $(P \rightarrow Q)$
 e) $(\sim P \rightarrow Q)$

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

a) A disjunção inclusiva seria falsa somente se as proposições P e Q fossem ambas falsas. Como P é verdadeira, a proposição composta é verdadeira.

b) Para a conjunção ser falsa, basta que um de seus termos seja falso. Não é o que ocorre na alternativa, pois P é verdadeiro e $\sim Q$ é verdadeiro.

c) A disjunção inclusiva seria falsa somente se as proposições $\sim P$ e $\sim Q$ fossem ambas falsas. Como $\sim Q$ é verdadeiro, a proposição composta é verdadeira.

d) A condicional é falsa somente quando a primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa. É justamente o que ocorre nessa alternativa: P é V e Q é F.

e) A condicional é falsa somente quando a primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa. Como o antecedente $\sim P$ é falso, temos um condicional verdadeiro.

Gabarito: Letra D.

09) Um aluno matriculado em um curso de idiomas esqueceu de efetuar o pagamento da mensalidade na data de vencimento. O contrato do curso estabelece que, em caso de atraso, será aplicada multa de 2% sobre o valor da mensalidade, além de juros simples correspondentes a 0,5% do valor da mensalidade por dia de atraso.

Sabendo que a mensalidade é de R\$ 250,00 e que o pagamento foi realizado 10 dias após o vencimento, o valor total desembolsado pelo aluno foi de:

- A) R\$ 251,00
- B) R\$ 255,00
- C) R\$ 262,50
- D) R\$ 267,50**
- E) R\$ 374,50

Gabarito: D

Comentário

A multa corresponde a **2%** do valor da mensalidade:

$$\text{Multa} = 2\% \times \text{R\$ } 250,00 = \text{R\$ } 5,00$$

Os juros são de **0,5% ao dia**, durante **10 dias**, totalizando **5%** sobre a mensalidade:

$$\text{Juros} = 5\% \times \text{R\$ } 250,00 = \text{R\$ } 12,50$$

Assim, o valor total a ser pago é:

Mensalidade: **R\$ 250,00**

Multa: **R\$ 5,00**

Juros: **R\$ 12,50**

$$\text{Total} = \text{R\$ } 250,00 + \text{R\$ } 5,00 + \text{R\$ } 12,50 = \text{R\$ } 267,50$$

Resposta: letra D

10) Durante uma avaliação física realizada em uma academia, foi informado a uma aluna que seu peso corporal era de 64 kg, dos quais 16 kg correspondiam à massa de gordura. O profissional responsável explicou que o percentual de gordura é obtido pela razão entre a massa de gordura e o peso total, multiplicada por 100.

Com base nessas informações, o percentual de gordura corporal da aluna é de:

- A) 20%
- B) 24%
- C) 25%**
- D) 28%
- E) 30%

Gabarito: C

Comentário

Para determinar o percentual de gordura corporal, basta calcular a razão entre a massa de gordura e o peso total e converter o resultado em porcentagem.

- Massa de gordura: **16 kg**
- Peso total: **64 kg**

$$\frac{16}{64} = 0,25$$

Convertendo para porcentagem:

$$0,25 \times 100 = 25\%$$

Assim, o percentual de gordura corporal da aluna é de **25%**.

Resposta: letra C.

11) Durante um treinamento sobre fundamentos da computação, o instrutor explicou que todas as informações processadas por computadores são representadas em linguagem binária, composta apenas pelos dígitos 0 e 1. Em seguida, afirmou que existe uma unidade elementar de informação capaz de armazenar apenas um desses dois valores.

Essa unidade é denominada

- (A) Byte.
- (B) Bit.
- (C) Nibble.
- (D) Palavra (Word).
- (E) Kilobyte (KB).

Gabarito: B

Comentário fundamentado

A alternativa **B** está **correta**.

O **bit** (*binary digit*) é a **menor unidade de informação** utilizada em um sistema computacional. Ele pode assumir apenas **dois valores possíveis: 0 ou 1**, representando os estados binários empregados pelos computadores para armazenar e processar dados.

Análise das alternativas

- (A) **Byte. Incorreta.** O byte é formado por **8 bits** e é a unidade básica de armazenamento utilizada para representar caracteres e outras informações.
- (B) **Bit. Correta.** É a menor unidade de dado em um sistema computacional, podendo assumir apenas os valores **0 ou 1**.
- (C) **Nibble. Incorreta.** Um nibble corresponde a **4 bits**, sendo, portanto, maior que um bit.
- (D) **Palavra (Word). Incorreta.** Palavra é uma unidade de dados cujo tamanho depende da arquitetura do processador (16, 32, 64 bits etc.), sendo muito maior que um bit.
- (E) **Kilobyte (KB). Incorreta.** O kilobyte é uma unidade de armazenamento correspondente, tradicionalmente, a **1.024 bytes** (ou 1.000 bytes em alguns contextos comerciais), sendo muito superior a um bit.

Fundamentação

Na computação, todas as informações são representadas por sequências de **bits**, que constituem a menor unidade de informação digital. A combinação de vários bits permite representar números, letras, imagens, sons e quaisquer outros tipos de dados processados pelos sistemas computacionais. Esse é um conceito fundamental e frequentemente cobrado em provas da banca FCC.

12) Uma empresa de TV por assinatura passou a oferecer aos seus clientes acesso à Internet utilizando a mesma infraestrutura física já instalada para a transmissão dos canais televisivos. Segundo a empresa, essa tecnologia permite o compartilhamento do meio físico para o tráfego de dados entre os usuários.

A tecnologia de acesso à Internet descrita é denominada

- (A) Fibra óptica dedicada (FTTH).
- (B) ADSL.
- (C) **Cable Modem.**
- (D) Satélite.
- (E) Rede dial-up.

Gabarito: C

Comentário fundamentado

A alternativa **C** está **correta**.

O **Cable Modem** é uma tecnologia de acesso à Internet que utiliza, em regra, **cabos coaxiais** da infraestrutura de **TV por assinatura** para transmitir dados. Nessa modalidade, o mesmo cabo empregado na distribuição do sinal de televisão é compartilhado para o tráfego de dados dos usuários.

Análise das alternativas

- (A) **Fibra óptica dedicada (FTTH). Incorreta.** O FTTH utiliza cabos de fibra óptica até a residência do usuário, não dependendo da infraestrutura de TV por assinatura baseada em cabos coaxiais.
- (B) **ADSL. Incorreta.** A tecnologia ADSL utiliza a linha telefônica de cobre para fornecer acesso à Internet, e não os cabos da TV por assinatura.
- (C) **Cable Modem. Correta.** Essa tecnologia utiliza a infraestrutura de TV a cabo, normalmente composta por cabos coaxiais, para oferecer acesso à Internet.

(D) Satélite. Incorreta. O acesso via satélite ocorre por meio de comunicação entre antenas e satélites, sem utilizar a rede de TV por assinatura por cabo.

(E) Rede dial-up. Incorreta. O acesso discado utiliza a linha telefônica convencional e um modem analógico, tecnologia atualmente pouco utilizada.

Fundamentação

O **Cable Modem** é uma das principais tecnologias de acesso à Internet por meio da infraestrutura de **TV por assinatura**. Nessa modalidade, o **cabo coaxial** utilizado para a transmissão dos canais de televisão também é empregado para o tráfego de dados, permitindo que os usuários acessem a Internet utilizando a mesma rede física instalada pela operadora. Esse é um conceito frequentemente cobrado em provas de informática por bancas como a FCC.

13) Durante a elaboração de um documento no **Microsoft Word em português**, um usuário deseja salvar rapidamente as alterações realizadas, sem utilizar o menu **Arquivo** ou clicar no ícone **Salvar**.

Para executar essa ação por meio de um atalho de teclado, deve utilizar a combinação de teclas

A) Ctrl + B.

B) Ctrl + G.

C) Ctrl + S.

D) Ctrl + A.

E) Ctrl + D.

Gabarito: A

Comentário fundamentado

A alternativa A está **correta**.

Na versão **em português** do **Microsoft Word**, o atalho **Ctrl + B** corresponde ao comando **Salvar**, pois a tecla faz referência à palavra "**Salvar**" na localização em português do Microsoft Office.

Análise das alternativas

(A) Ctrl + B. Correta. É o atalho utilizado para **Salvar** documentos no Microsoft Word em português.

(B) Ctrl + G. Incorreta. No Word em português, esse atalho está relacionado a outras funções, não ao comando de salvar.

(C) Ctrl + S. Incorreta. Esse é o atalho utilizado na versão em inglês do Word (*Save*) e em diversos outros programas, mas **não** é o atalho padrão nas versões do Microsoft Office localizadas em português.

(D) Ctrl + A. Incorreta. Corresponde ao comando **Abrir** no Word em português.

(E) Ctrl + D. Incorreta. Esse atalho não executa o comando de salvar documentos.

Fundamentação

Nas versões do **Microsoft Office em português**, diversos atalhos de teclado foram adaptados para corresponder à inicial do comando traduzido. Assim, **Ctrl + B** executa a ação **Salvar**, enquanto **Ctrl + A** abre um documento e **Ctrl + I** imprime. Esse é um detalhe frequentemente explorado em provas de informática, especialmente por bancas como a FCC, que costumam cobrar os atalhos da versão em português do Microsoft Office.

14) Em um seminário sobre geopolítica contemporânea, um professor explicou que, segundo a interpretação apresentada no texto, os conflitos internacionais atuais não decorrem exclusivamente de divergências políticas, culturais ou ideológicas entre os Estados, mas estão relacionados às transformações do próprio capitalismo.

De acordo com essa interpretação, as disputas interimperialistas da atualidade decorrem, principalmente,

- A) da oposição entre democracias e ditaduras, que determina a política externa das grandes potências.
- B) da intensificação da concorrência entre grandes monopólios e da exportação de capitais, características da fase imperialista do capitalismo.**
- C) dos conflitos religiosos e civilizacionais, considerados o principal fator de instabilidade internacional.
- D) da adoção de políticas econômicas protecionistas pelos países em desenvolvimento, que passaram a disputar a liderança mundial.
- E) do enfraquecimento das organizações internacionais, fator apontado como causa exclusiva das guerras contemporâneas.

Gabarito: B

Comentário fundamentado

A alternativa **B** está **correta**.

Segundo o texto, com base na interpretação **marxista-leninista**, os conflitos contemporâneos são entendidos como resultado das **contradições internas do capitalismo em sua fase imperialista**, caracterizada pelo predomínio dos **grandes monopólios**, pela **fusão entre o capital bancário e o industrial**, pela **exportação de capitais** e pela intensificação da concorrência entre esses monopólios. Nesse contexto, as guerras são apresentadas como consequência das disputas econômicas e políticas entre as grandes potências.

Análise das alternativas

- (A) **Incorreta.** O texto critica expressamente a interpretação segundo a qual o mundo estaria dividido entre "democracias" e "ditaduras", afirmando que essa visão não explica os fundamentos dos conflitos internacionais.
- (B) Correta.** Essa alternativa reproduz a explicação central do texto, baseada na teoria do imperialismo formulada por Lênin, segundo a qual a concorrência entre monopólios e a exportação de capitais constituem elementos centrais da fase imperialista do capitalismo.
- (C) **Incorreta.** O texto rejeita a ideia de que os conflitos sejam explicados prioritariamente por choques religiosos, culturais ou civilizacionais.
- (D) **Incorreta.** O texto não atribui a origem das disputas ao protecionismo dos países em desenvolvimento, mas às contradições do capitalismo monopolista.
- (E) **Incorreta.** Embora mencione o enfraquecimento de instituições internacionais em outros contextos, o texto não o apresenta como causa exclusiva dos conflitos armados.

Fundamentação

O texto sustenta que o **imperialismo** representa uma **fase do capitalismo**, marcada pela concentração e centralização do capital, pelo surgimento dos monopólios, pela fusão entre capital industrial e bancário (capital financeiro) e pela exportação de capitais. Nessa perspectiva, a concorrência entre grandes potências e seus respectivos capitais monopolistas constitui a base das disputas geopolíticas contemporâneas, enquanto os conflitos armados são compreendidos como manifestação dessas contradições econômicas e políticas.

15) A crescente demanda por minerais críticos tem levado diversos países a redefinirem suas estratégias econômicas e geopolíticas, uma vez que esses recursos são considerados essenciais para a transição energética e para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.

Um dos principais fatores que explica a posição de liderança da China nesse cenário é

- A) a concentração das maiores reservas mundiais de todos os minerais críticos em seu território.
- B) a adoção de uma estratégia de integração vertical, controlando etapas como o refino, o processamento e a manufatura de tecnologias associadas aos minerais críticos.**
- C) a substituição completa da importação de minerais por fontes exclusivamente domésticas.
- D) a proibição da participação de empresas estrangeiras na cadeia de produção de baterias e painéis solares.
- E) a exclusividade na exploração de lítio, cobre e terras raras concedida por organismos internacionais.

Gabarito: B

Comentário fundamentado

A alternativa **B** está **correta**.

O diferencial da China não está apenas na mineração, mas principalmente na **integração vertical da cadeia produtiva**, envolvendo o **refino, o processamento químico e a manufatura de produtos de alto valor agregado**, como baterias, veículos elétricos e painéis solares. Essa estratégia permitiu ao país consolidar uma posição de liderança na economia de baixo carbono.

Análise das alternativas

(A) Incorreta. Muitos minerais processados pela China são extraídos em outros continentes, como África, América Latina e Oceania.

(B) Correta. A liderança chinesa decorre do domínio das principais etapas da cadeia de valor, especialmente o processamento e a manufatura.

(C) Incorreta. A China continua importando grande quantidade de minerais provenientes de diversos países.

(D) Incorreta. Não há qualquer proibição à atuação de empresas estrangeiras.

(E) Incorreta. Não existe exclusividade internacional conferida à China para exploração desses minerais.

16) A crescente demanda por minerais críticos, como lítio, cobalto, níquel e terras raras, tem ampliado a importância estratégica de países detentores desses recursos naturais. Nesse contexto, especialistas apontam que o Brasil reúne condições para assumir posição de maior protagonismo na economia global da transição energética.

Para que o país amplie sua participação nas cadeias globais de valor e reduza sua dependência da simples exportação de matérias-primas, é necessário

A) priorizar exclusivamente a exportação de minério bruto, evitando investimentos em processamento industrial, a fim de reduzir os custos de produção.

B) concentrar os investimentos apenas na ampliação da atividade extrativa, sem incentivar pesquisa, inovação tecnológica ou agregação de valor aos minerais produzidos.

C) fortalecer o processamento industrial, investir em pesquisa e inovação, ampliar a infraestrutura logística e garantir segurança jurídica, favorecendo a produção de bens de maior valor agregado.

D) restringir a exploração mineral às empresas estatais, proibindo a participação da iniciativa privada e de investimentos estrangeiros no setor.

E) reduzir a exploração de minerais críticos, substituindo-os integralmente por outras matérias-primas, diante do avanço das energias renováveis.

Gabarito: C

Comentário fundamentado

A alternativa **C** está **correta**.

Na atual geopolítica da transição energética, o diferencial competitivo não está apenas na posse de recursos minerais, mas na capacidade de **agregar valor à produção**. Para isso, são fundamentais investimentos em **refino, processamento industrial, pesquisa, inovação tecnológica, infraestrutura logística e segurança jurídica**, permitindo que o país produza insumos e tecnologias de maior valor agregado, em vez de limitar-se à exportação de minério bruto.

Análise das alternativas

(A) Incorreta. A exportação de minério sem beneficiamento reduz a captura de valor pela economia nacional.

(B) Incorreta. A mineração, isoladamente, não garante competitividade; pesquisa, inovação e industrialização são elementos essenciais.

(C) Correta. Essa alternativa reúne os principais fatores apontados por especialistas para ampliar a inserção do Brasil nas cadeias globais de minerais críticos e tecnologias ligadas à transição energética.

(D) Incorreta. O fortalecimento do setor depende da cooperação entre Estado, iniciativa privada e investimentos, e não da exclusividade estatal.

(E) Incorreta. Os minerais críticos são considerados insumos indispensáveis para baterias, veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares e diversos equipamentos de alta tecnologia, não havendo substituição integral atualmente.

Fundamentação

No cenário da transição energética, países capazes de combinar **recursos minerais, industrialização, tecnologia, infraestrutura e ambiente regulatório estável** tendem a ocupar posições mais estratégicas na economia global. Para o Brasil, o desafio consiste em avançar da condição de exportador de commodities minerais para produtor de bens e insumos de maior valor agregado, fortalecendo sua competitividade internacional.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

17) Um estudante de Geografia afirmou que o Piauí possui uma característica territorial singular entre os estados nordestinos por apresentar uma pequena faixa litorânea e integrar duas sub-regiões do Nordeste brasileiro.

A respeito da divisão regional do território piauiense, é correto afirmar que o estado está inserido nas sub-regiões

(A) Zona da Mata e Agreste.

(B) Meio Norte e Sertão.

(C) Agreste e Sertão.

(D) Meio Norte e Zona da Mata.

(E) Sertão e Zona da Mata.

Gabarito: B

Comentário: O território do Piauí divide-se entre as sub-regiões do **Meio Norte**, na porção oeste, e do **Sertão**, na porção leste.

18) As condições climáticas do Piauí variam conforme a localização dentro do estado, influenciando diretamente a vegetação, a disponibilidade hídrica e as atividades econômicas.

Sobre os tipos climáticos predominantes no Piauí, assinale a alternativa correta.

(A) Todo o estado apresenta clima Equatorial úmido, com chuvas abundantes durante todo o ano.

(B) Predomina o clima Tropical de Altitude em todo o território, com invernos rigorosos.

(C) O estado apresenta apenas clima Tropical típico, sem influência do Semiárido.

(D) O clima Semiárido ocorre exclusivamente no litoral, enquanto o Tropical úmido predomina no interior.

(E) O clima Semiárido predomina na porção leste, enquanto o clima Tropical quente e úmido ocorre principalmente no oeste do estado.

Gabarito: E

Comentário: O leste do Piauí apresenta predomínio do **clima Semiárido**, enquanto o oeste é marcado pelo **clima Tropical quente e úmido**.

19) A diversidade ambiental do Piauí faz com que seu território apresente formações vegetais pertencentes a diferentes domínios brasileiros.

Nesse contexto, constitui um domínio vegetal de transição presente no estado

(A) Mata Atlântica.

(B) Pantanal.

(C) Mata dos Cocais.

(D) Floresta de Araucárias.

(E) Pampas.

Gabarito: C

Comentário

A **Mata dos Cocais** é uma formação vegetal de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, sendo caracterizada pela presença de espécies como **carnaúba, babaçu e buriti**.

20. Em relação aos aspectos hidrográficos do estado do Piauí, é correto afirmar que a maior parte de seu território pertence à bacia hidrográfica do rio

(A) São Francisco.

(B) Tocantins.

(C) Jaguaribe.

(D) Parnaíba.

(E) Mearim.

Gabarito: D

Comentário

O **rio Parnaíba** é o principal curso d'água do estado e dá nome à principal bacia hidrográfica do Piauí.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LEGISLAÇÃO DA PM PI

21) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — analise os itens a seguir.

- I. São considerados policiais militares na ativa os reformados que forem convocados para o serviço ativo.
- II. A carreira policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade policial-militar.
- III. O exame psicológico realizado no concurso público adotará critérios científicos subjetivos, sendo permitida a realização de entrevistas para complementar a avaliação do candidato.
- IV. A matrícula do candidato no curso de formação para ingresso no quadro de praças ficará condicionada à idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta e cinco anos no período de inscrição para o concurso.
- V. A disciplina policial-militar consiste na ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar.
- VI. Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os integrantes da reserva remunerada convocados será definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou na graduação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) II, IV e V.
- D) II, IV e VI.**
- E) III, V e VI.

GABARITO: D

COMENTÁRIOS

Item I – INCORRETO. São considerados na ativa os componentes da reserva remunerada, e não os reformados, quando convocados. Art. 3º, § 1º, alínea “a”, III.

Item II – CORRETO. A carreira policial-militar caracteriza-se pela atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade policial-militar. Art. 5º.

Item III – INCORRETO. O exame psicológico deve adotar critérios científicos objetivos, sendo vedada a realização de entrevistas. Art. 10-B.

Item IV – CORRETO. Para a matrícula no curso de formação para ingresso no quadro de praças, o candidato deverá possuir idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta e cinco anos no período de inscrição para o concurso. Art. 10-F, § 1º, III.

Item V – INCORRETO. A ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar corresponde à hierarquia policial-militar, e não à disciplina. Art. 12, § 1º.

Item VI – CORRETO. Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os integrantes da reserva remunerada convocados é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou na graduação. Art. 15, § 4º.

22) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre exclusivamente da estrutura hierárquica da Polícia Militar.
- B) Os subtenentes e sargentos auxiliam e completam as atividades dos oficiais, tanto no adestramento da tropa e no emprego dos meios quanto na instrução, na administração e no comando de frações de tropa.
- C) Os oficiais e aspirantes a oficial são preparados, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e da direção das organizações policiais-militares.**
- D) Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução.
- E) Cabe ao policial militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.

GABARITO: C

COMENTÁRIOS

A) CORRETA. A subordinação não afeta a dignidade pessoal do policial militar, pois decorre exclusivamente da estrutura hierárquica da Polícia Militar. Art. 34.

B) CORRETA. Os subtenentes e sargentos auxiliam e completam as atividades dos oficiais no adestramento da tropa, no emprego dos meios, na instrução, na administração e no comando de frações de tropa. Art. 36.

C) INCORRETA. A lei estabelece que o oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e da direção das organizações policiais-militares. O dispositivo não inclui os aspirantes a oficial. Art. 35.

D) CORRETA. Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução. Art. 37.

E) CORRETA. O policial militar possui responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar. Art. 39.

23) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — acerca da agregação do policial militar, assinale a alternativa CORRETA.

A) O policial militar da ativa será agregado quando ultrapassar seis meses contínuos em licença para tratar de interesse particular.

B) A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa permanece ocupando vaga na escala hierárquica de seu quadro e nela permanece sem número.

C) O policial militar será agregado quando ultrapassar seis meses contínuos de licença para tratamento da própria saúde.

D) A agregação do policial militar será realizada por ato do Comandante-Geral da Corporação.

E) O policial militar será agregado quando for julgado temporariamente incapaz para o serviço após seis meses contínuos de tratamento.

GABARITO: A

COMENTÁRIOS

A) CORRETA. O policial militar será agregado quando ultrapassar seis meses contínuos em licença para tratar de interesse particular. Art. 75, alínea “b”, IV.

B) INCORRETA. Na agregação, o policial militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu quadro, nele permanecendo sem número. Art. 75.

C) INCORRETA. A agregação por licença para tratamento da própria saúde ocorre após o policial militar ultrapassar um ano contínuo de licença, e não seis meses. Art. 75, alínea “b”, III.

D) INCORRETA. A agregação é realizada por ato do Governador do Estado do Piauí, e não por ato do Comandante-Geral da Corporação. Art. 77.

E) INCORRETA. A agregação por incapacidade temporária ocorre após um ano contínuo de tratamento, e não após seis meses. Art. 75, alínea “b”, I.

24) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí — CEDME/PI, instituído pela Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022 — analise os itens a seguir.

I. Estão sujeitos ao CEDME/PI os militares estaduais da ativa, os inativos, os que se encontrem em circunstâncias de agregação e os que desempenhem cargos ou funções públicas de natureza civil.

II. Os alunos matriculados nos cursos militares estão sujeitos exclusivamente às normas internas das respectivas unidades de ensino, não se lhes aplicando, ainda que subsidiariamente, as disposições do CEDME/PI.

III. A hierarquia e a disciplina constituem as bases das Corporações Militares Estaduais.

IV. Posto é o grau hierárquico dos oficiais militares estaduais, conferido por decreto do Governador do Estado.

V. Graduação é o grau hierárquico das praças militares estaduais, conferida por ato do Comandante-Geral da respectiva Corporação.

VI. Durante os cursos militares, prevalecerá, para efeito de antiguidade, o tempo de efetivo serviço prestado anteriormente pelo militar estadual.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e III.

B) II, IV e VI.

C) I, V e VI.

D) II, III e V.

E) I, III e IV.

GABARITO: E

COMENTÁRIOS

Item I – CORRETO. Estão sujeitos ao CEDME/PI os militares estaduais da ativa, os inativos, os que estejam em circunstâncias de agregação e os que desempenhem cargos ou funções públicas de natureza civil. Art. 2º.

Item II – INCORRETO. Os alunos matriculados nos cursos militares estão sujeitos às normas internas das respectivas unidades de ensino e, subsidiariamente, às disposições do CEDME/PI. Art. 2º, § 2º.

Item III – CORRETO. A hierarquia e a disciplina são as bases das Corporações Militares Estaduais. Art. 4º.

Item IV – CORRETO. Posto é o grau hierárquico dos oficiais militares estaduais, conferido por decreto do Governador do Estado. Art. 5º, § 3º.

Item V – INCORRETO. A graduação é o grau hierárquico das praças militares estaduais, conferida por decreto do Governador do Estado, e não por ato do Comandante-Geral. Art. 5º, § 4º.

Item VI – INCORRETO. Durante os cursos militares, prevalecerá, para efeito de antiguidade, a ordem de classificação definida pelos regimentos dos respectivos cursos, e não o tempo de efetivo serviço prestado anteriormente. Art. 5º, § 6º.

25) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí — CEDME/PI, instituído pela Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022 — no que se refere às sanções disciplinares aplicáveis aos militares estaduais, assinale a alternativa CORRETA.

A) A advertência é aplicada às transgressões de natureza leve ou média, devendo produzir efeitos no comportamento das praças e no conceito dos oficiais.

B) A repreensão é uma sanção feita por escrito ao transgressor, publicada de forma reservada ou ostensiva e registrada nos assentamentos individuais, sendo aplicável às transgressões de natureza leve e média.

C) A suspensão consiste no afastamento temporário do exercício de cargo, encargo ou função do militar estadual da ativa que praticar transgressão leve ou média, sem desconto em seu subsídio.

D) A reforma disciplinar compulsória será efetuada no grau hierárquico imediatamente inferior ao ocupado pelo militar na ativa, assegurados proventos integrais, independentemente do seu tempo de serviço.

E) A demissão do oficial e o licenciamento ou a exclusão a bem da disciplina das praças são aplicados, em todos os casos, pelo Comandante-Geral da Corporação Militar.

GABARITO: B

COMENTÁRIOS

A) INCORRETA. A advertência aplica-se exclusivamente às transgressões de natureza leve. Embora seja registrada nos assentamentos individuais, não deve produzir efeito no comportamento das praças nem no conceito dos oficiais, tampouco constar em certidão de punições. Art. 20 e parágrafo único.

B) CORRETA. A repreensão é feita por escrito, publicada de forma reservada ou ostensiva e registrada nos assentamentos individuais, sendo aplicável às transgressões de natureza leve e média. Art. 21 e parágrafo único.

C) INCORRETA. A suspensão aplica-se às transgressões de natureza média ou grave e implica o desconto de um trinta avos do subsídio por dia de suspensão, além da perda do adicional noturno e do auxílio-alimentação correspondentes ao período. Art. 22, caput e § 1º.

D) INCORRETA. A reforma disciplinar compulsória será efetuada no mesmo grau hierárquico, graduação ou posto que o militar possuir na ativa, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço. Art. 23, § 2º.

E) INCORRETA. A demissão do oficial ocorre por ato do Governador do Estado, após a perda do posto e da patente. O licenciamento e a exclusão a bem da disciplina, por sua vez, são aplicados pelo Comandante-Geral. Arts. 24, § 1º, e 25.

26) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 — analise os itens a seguir.

I. Compete à Polícia Militar atuar preventivamente, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presuma ser possível a perturbação da ordem.

II. A Polícia Militar do Estado do Piauí é estruturada em Comando-Geral, órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

III. O Comandante-Geral realiza o planejamento geral e o acionamento da Corporação diretamente por meio dos órgãos de execução.

IV. Incumbe aos órgãos de apoio atender às necessidades de pessoal e de material da Corporação, em cumprimento às diretrizes do Comando-Geral.

V. Aos órgãos de execução, constituídos pelos órgãos de apoio e pelas unidades administrativas, incumbe a realização das atividades auxiliares da Corporação.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I e II.

B) II e III.

C) I e IV.

D) III e V.

E) II, IV e V.

GABARITO: C

COMENTÁRIOS

Item I – CORRETO. Compete à Polícia Militar atuar preventivamente, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presuma ser possível a perturbação da ordem. Art. 2º, I.

Item II – INCORRETO. A Polícia Militar do Estado do Piauí é estruturada em Comando-Geral, órgãos de apoio e órgãos de execução. Art. 5º.

Item III – INCORRETO. O Comandante-Geral realiza o planejamento e o acionamento da Corporação por intermédio dos órgãos de direção, e não diretamente pelos órgãos de execução. Art. 6º, caput, I e II.

Item IV – CORRETO. Aos órgãos de apoio incumbe atender às necessidades de pessoal e de material da Corporação, conforme as diretrizes do Comando-Geral. Art. 7º.

Item V – INCORRETO. Os órgãos de execução são constituídos pelos comandos e pelas unidades operacionais e são responsáveis pela execução das atividades-fim da Corporação. Art. 8º.

27) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei Complementar nº 68, de 23 de março de 2006 — assinale a alternativa INCORRETA.

A) A promoção é um ato jurídico que tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau imediatamente superior, com base nos efetivos fixados em lei para o Quadro de Praças da Polícia Militar.

B) A promoção por antiguidade baseia-se na precedência hierárquica de uma praça policial militar sobre as demais de igual graduação, dentro do mesmo quadro.

C) A promoção por merecimento fundamenta-se no conjunto de qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor da praça entre seus pares, avaliados no decorrer da carreira, especialmente na graduação que ocupa ao ser cogitada para promoção.

D) A promoção post-mortem visa expressar o reconhecimento do Estado do Piauí à praça policial militar falecida no cumprimento do dever ou em consequência deste.

E) A promoção em ressarcimento de preterição ocorre após ser reconhecido à praça preterida, por decisão administrativa ou judicial, o direito à promoção que lhe caberia.

GABARITO: A

COMENTÁRIOS

A) INCORRETA. A promoção é um ato administrativo, e não um ato jurídico, tendo como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau imediatamente superior. Art. 2º.

B) CORRETA. A promoção por antiguidade baseia-se na precedência hierárquica de uma praça policial militar sobre as demais de igual graduação, dentro do mesmo quadro. Art. 5º.

C) CORRETA. A promoção por merecimento considera as qualidades e os atributos que distinguem e realçam o valor da praça entre seus pares, avaliados no decorrer da carreira, especialmente na graduação que ocupa ao ser cogitada para promoção. Art. 6º.

D) CORRETA. A promoção post-mortem expressa o reconhecimento do Estado do Piauí à praça policial militar falecida no cumprimento do dever ou em consequência deste. Art. 7º.

E) CORRETA. A promoção em ressarcimento de preterição ocorre após o reconhecimento, por decisão administrativa ou judicial, do direito à promoção que caberia à praça preterida. Art. 8º.

28) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004 — acerca dos descontos incidentes sobre a remuneração ou os proventos do policial militar, assinale a alternativa CORRETA.

A) Os descontos incidentes sobre a remuneração ou os proventos do policial militar classificam-se exclusivamente como obrigatórios.

B) Os descontos autorizados possuem prioridade sobre os descontos obrigatórios.

C) Na aplicação dos descontos, é permitido que o policial militar receba quantia inferior a trinta por cento de sua remuneração ou de seus proventos.

D) O pagamento de impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos constitui desconto autorizado, dependendo da concordância do policial militar.

E) São descontos autorizados os pagamentos de taxas relativas à filiação e à manutenção de clubes sociais, associações e entidades de classe dos policiais militares.

GABARITO: E

COMENTÁRIOS

A) INCORRETA. Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados, não se restringindo aos obrigatórios. Art. 63, § 1º.

B) INCORRETA. Os descontos obrigatórios possuem prioridade sobre os descontos autorizados. Art. 63, § 2º.

C) INCORRETA. Na aplicação dos descontos, o policial militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento de sua remuneração ou de seus proventos. Art. 63, § 3º.

D) INCORRETA. Os impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos constituem descontos obrigatórios, conforme a lei. Art. 64, IV.

E) CORRETA. O pagamento de taxas inerentes à filiação e à manutenção de clubes sociais, associações e entidades de classe dos policiais militares constitui desconto autorizado. Art. 65, I.

29) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares — Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 — assinale a alternativa INCORRETA.

A) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições militares e permanentes.

B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares possuem autonomia em relação à política de segurança pública, não estando vinculados ao seu sistema de governança nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios.

C) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são instituições indispensáveis à preservação da ordem pública.

D) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Único de Segurança Pública e a Defesa Nacional.

E) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

GABARITO: B

COMENTÁRIOS

A) CORRETA. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são instituições militares e permanentes. Art. 2º, § 3º, I e II.

B) INCORRETA. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são vinculados ao sistema de governança da política de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Art. 2º, § 3º, IV.

C) CORRETA. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são instituições indispensáveis à preservação da ordem pública. Art. 2º, § 3º, III.

D) CORRETA. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Único de Segurança Pública e a Defesa Nacional. Art. 2º, § 3º, V, “a” e “b”.

E) CORRETA. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Art. 2º, § 3º, V, “c” e “d”.

30) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, no que se refere à estabilidade dos servidores públicos e ao regime próprio de previdência social, analise os itens a seguir.

I. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

II. O servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, sendo dispensada a garantia da ampla defesa.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será imediatamente exonerado, sem direito a disponibilidade ou ao aproveitamento em outro cargo.

V. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos possui caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

VI. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos setenta anos de idade.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) I, II e IV.

B) II, III e VI.

C) I, III e V.

D) I, IV e VI.

E) II, IV e V.

GABARITO: C

COMENTÁRIOS

Item I – CORRETO. A estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício pelos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Art. 55, caput.

Item II – INCORRETO. A perda do cargo mediante avaliação periódica de desempenho deverá ocorrer na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa. Art. 55, § 1º, III.

Item III – CORRETO. Invalidada judicialmente a demissão, o servidor estável será reintegrado, e o eventual ocupante estável da vaga será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade. Art. 55, § 2º.

Item IV – INCORRETO. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade até o seu adequado aproveitamento em outro cargo. Art. 55, § 3º.

Item V – CORRETO. O regime próprio de previdência social possui caráter contributivo e solidário, com a contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas. Art. 57, caput.

Item VI – INCORRETO. A aposentadoria compulsória ocorrerá aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, na forma de lei complementar. Art. 57, § 1º, II.



NOÇÕES DE DIREITO
DIREITO CONSTITUCIONAL

31) Durante uma palestra promovida por uma Escola de Governo, um professor apresentou aos alunos diversos princípios e garantias constitucionais relacionados ao Direito Penal. Ao final da exposição, um dos participantes fez a seguinte afirmação:

"A Constituição Federal estabelece que determinados crimes recebem tratamento mais rigoroso, além de prever garantias fundamentais relacionadas à legalidade penal e à aplicação da lei no tempo."

Considerando exclusivamente as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

A) A lei penal poderá retroagir para prejudicar o réu, desde que se trate de crime hediondo ou equiparado.

B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

C) A tortura, o terrorismo, o tráfico ilícito de entorpecentes e os crimes hediondos são crimes imprescritíveis e insuscetíveis de fiança.

D) O princípio da legalidade penal admite a criação de crimes e penas por medida provisória, desde que posteriormente convertida em lei.

E) A Constituição Federal estabelece que apenas os executores dos crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e crimes hediondos responderão penalmente, excluindo os mandantes e os omitentes.

Gabarito: B

Comentário

A alternativa **B** está **correta**.

O art. 5º, XLII, da Constituição Federal dispõe expressamente:

"A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei."

Trata-se de uma das hipóteses excepcionais de **imprescritibilidade** previstas na Constituição, ao lado da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV).

Análise das alternativas

A) Incorreta.

Viola o art. 5º, XL, da CF, segundo o qual:

"A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu."

A retroatividade da lei penal **mais gravosa** é absolutamente vedada, ainda que se trate de crimes hediondos ou equiparados.

B) Correta.

Reproduz fielmente o art. 5º, XLII, da Constituição Federal.

C) Incorreta.

A Constituição estabelece que **tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e crimes hediondos** são **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia** (art. 5º, XLIII).

Entretanto, **não são imprescritíveis**. A imprescritibilidade foi reservada apenas aos crimes de **racismo** (art. 5º, XLII) e à **ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático** (art. 5º, XLIV).

Pegadinha clássica da FCC: confundir imprescritibilidade com insuscetibilidade de graça ou anistia.

D) Incorreta.

O princípio da legalidade penal (art. 5º, XXXIX) determina que **não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal**. Além disso, a Constituição **veda a edição de medida provisória sobre matéria penal** quando destinada a criar crimes ou agravar penas (art. 62, § 1º, I, "b").

E) Incorreta.

Nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição, respondem por esses crimes:

os **mandantes**;

os **executores**; e

aqueles que, **podendo evitá-los, se omitirem**.

Portanto, a responsabilização não se limita aos executores.

Fundamentação Constitucional

Art. 5º, XXXIX – Princípio da legalidade penal: *não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal*.

Art. 5º, XL – Retroatividade da lei penal apenas para beneficiar o réu.

Art. 5º, XLI – A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Art. 5º, XLII – Racismo: **crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão**.

Art. 5º, XLIII – Tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e crimes hediondos: **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**, respondendo **mandantes, executores e omitentes** que podiam evitar o crime.

32) Uma empresa do setor industrial passou por intenso processo de modernização tecnológica, substituindo parte da mão de obra por sistemas automatizados. Em razão dessa mudança, um grupo de empregados questionou o departamento jurídico sobre os direitos assegurados pela Constituição Federal relativos à proteção dos trabalhadores diante da automação, à assistência aos filhos, aos acordos coletivos e aos acidentes de trabalho. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) A Constituição assegura assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores em creches e pré-escolas até os 6 (seis) anos de idade, além de reconhecer os acordos coletivos de trabalho.
- B) A proteção em face da automação possui eficácia plena e imediata, independentemente de regulamentação legal para sua aplicação.
- C) O seguro contra acidentes de trabalho é de responsabilidade exclusiva da Previdência Social, afastando qualquer obrigação indenizatória do empregador.
- D) A Constituição reconhece as convenções e os acordos coletivos de trabalho e assegura ao trabalhador seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização devida quando este incorrer em dolo ou culpa.**
- E) A assistência gratuita em creches e pré-escolas é assegurada apenas aos filhos dos trabalhadores matriculados na rede pública de ensino.

Gabarito: D

Comentário

A alternativa **D** está **correta**.

O **art. 7º da Constituição Federal** estabelece diversos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais destacam-se:

Inciso XXV: assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até **5 (cinco) anos de idade** em creches e pré-escolas;

Inciso XXVI: reconhecimento das **convenções e acordos coletivos de trabalho**;

Inciso XXVII: proteção em face da **automação, na forma da lei**;

Inciso XXVIII: **seguro contra acidentes de trabalho**, a cargo do empregador, **sem excluir a indenização** a que este está obrigado quando incorrer em **dolo ou culpa**.

Portanto, o empregador continua responsável pela indenização civil quando presentes dolo ou culpa, ainda que exista o seguro contra acidentes de trabalho.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O erro está na idade. A Constituição assegura assistência gratuita **desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade**, e não até 6 anos (art. 7º, XXV).

Pegadinha FCC: trocar a idade prevista na Constituição.

B) Incorreta.

O art. 7º, XXVII, dispõe que a proteção em face da automação ocorrerá **"na forma da lei"**, revelando a necessidade de regulamentação legal.

C) Incorreta.

O art. 7º, XXVIII, prevê que o seguro é **a cargo do empregador, sem excluir** a indenização quando este agir com **dolo ou culpa**. Assim, o seguro não elimina a responsabilidade civil do empregador.

D) Correta.

A alternativa reproduz corretamente o conteúdo dos incisos **XXVI e XXVIII** do art. 7º da Constituição Federal.

E) Incorreta.

A Constituição não condiciona esse direito à matrícula em escola pública. O direito é assegurado aos **filhos e dependentes dos trabalhadores**, desde o nascimento até 5 anos, em creches e pré-escolas.

Fundamentação Constitucional

Art. 7º, XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até **5 anos** em creches e pré-escolas.

Art. 7º, XXVI – Reconhecimento das **convenções e acordos coletivos de trabalho**.

Art. 7º, XXVII – Proteção em face da **automação, na forma da lei**.

Art. 7º, XXVIII – Seguro contra acidentes de trabalho **a cargo do empregador, sem excluir a indenização** quando este incorrer em **dolo ou culpa**.

Dica de prova (FCC): é comum a banca confundir os institutos do inciso XXVIII, sugerindo que o seguro contra acidentes de trabalho substitui a indenização civil. A Constituição é expressa ao afirmar que o seguro **não exclui** a responsabilidade do empregador quando houver **dolo ou culpa**.

33) Durante um curso de formação para servidores públicos, o professor apresentou aos alunos quatro situações envolvendo pessoas que pretendiam obter ou comprovar a nacionalidade brasileira. Ao final, solicitou que identificassem a hipótese que está em conformidade com o disposto no art. 12 da Constituição Federal de 1988.

Assinale a alternativa correta.

- A) João nasceu na França, filho de pai brasileiro e mãe francesa. Seu pai estava a serviço de uma empresa privada brasileira. Nessa hipótese, João será considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer outro requisito.
- B) Ana nasceu no Brasil, filha de pais argentinos que estavam no território brasileiro a serviço do governo da Argentina. Nessa situação, Ana será considerada brasileira nata em razão da adoção do critério territorial pela Constituição.
- C) Carlos, cidadão português com residência permanente no Brasil, terá automaticamente todos os direitos inerentes ao brasileiro, ainda que inexistam reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- D) Laura, nascida no exterior, filha de mãe brasileira que não estava a serviço da República Federativa do Brasil, foi registrada em repartição brasileira competente. Nessa hipótese, Laura será considerada brasileira nata.**
- E) A Constituição Federal proíbe qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, vedando inclusive as exceções expressamente previstas no próprio texto constitucional.

Gabarito: D

Comentário

A alternativa **D** está **correta**.

Nos termos do **art. 12, I, "c", da Constituição Federal**, são **brasileiros natos** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, **desde que sejam registrados em repartição brasileira competente** ou venham a residir no Brasil e, após atingirem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

Assim, o registro em repartição brasileira competente é, por si só, suficiente para conferir a condição de brasileiro nato, independentemente de o pai ou a mãe estarem a serviço da República Federativa do Brasil.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O **art. 12, I, "b"**, exige que o pai brasileiro ou a mãe brasileira estejam **a serviço da República Federativa do Brasil**, e não de empresa privada. O simples vínculo com empresa brasileira não gera a nacionalidade nata.

Pegadinha clássica da FCC: confundir "a serviço da República Federativa do Brasil" com "a serviço de empresa brasileira".

B) Incorreta.

O **art. 12, I, "a"**, excepciona a regra do *jus soli*. Não serão brasileiros natos os nascidos no Brasil de pais estrangeiros **quando estes estiverem a serviço de seu país**.

Como os pais estavam a serviço do governo argentino, Ana **não** será brasileira nata.

C) Incorreta.

O **art. 12, § 1º**, exige **reciprocidade em favor dos brasileiros** para que os portugueses com residência permanente no Brasil tenham atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

Sem reciprocidade, o benefício constitucional não se aplica.

D) Correta.

A alternativa reproduz corretamente o disposto no **art. 12, I, "c"**, da Constituição Federal.

E) Incorreta.

O **art. 12, § 2º**, dispõe que a lei **não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na própria Constituição**.

Logo, existem exceções constitucionais, como os cargos privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º).

Fundamentação Constitucional

Art. 12, I, "a" – São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, **desde que estes não estejam a serviço de seu país**.

Art. 12, I, "b" – São brasileiros natos os nascidos no exterior de pai brasileiro ou mãe brasileira, **desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil**.

Art. 12, I, "c" – São brasileiros natos os nascidos no exterior de pai brasileiro ou mãe brasileira **registrados em repartição brasileira competente** ou que venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

Art. 12, § 1º – Portugueses com residência permanente no Brasil terão os direitos inerentes ao brasileiro **se houver reciprocidade** em favor dos brasileiros.

Art. 12, § 2º – A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, **salvo nos casos previstos na Constituição**.

Dica de prova (FCC): a banca costuma explorar as exceções às regras de nacionalidade, especialmente as expressões **"a serviço de seu país"**, **"a serviço da República Federativa do Brasil"**, **"registrados em repartição brasileira"**

competente" e a exigência de **reciprocidade** para os portugueses. Essas expressões literais da Constituição são recorrentes em provas.

DIREITO PENAL

34) Com o objetivo de demonstrar a incidência dos princípios limitadores do Direito Penal, um professor apresentou aos alunos as seguintes situações hipotéticas:

I. Carlos, inconformado com sua situação financeira, destruiu completamente seu próprio automóvel, regularmente registrado em seu nome.

II. Pedro, em um momento de desespero, provocou em si mesmo lesões corporais sem atingir qualquer outra pessoa.

III. João danificou o veículo de seu vizinho durante uma discussão.

Ao analisar os casos, um estudante afirmou que apenas a conduta de João possui relevância penal, pois as demais não atingem bem jurídico de terceiro.

À luz do **princípio da alteridade**, a afirmação do estudante está

A) incorreta, pois o Direito Penal pune qualquer lesão a bem jurídico, ainda que pertencente ao próprio agente.

B) incorreta, porque a autolesão constitui crime de lesão corporal privilegiada, embora não gere responsabilidade civil.

C) correta, pois o princípio da alteridade exige que a conduta lesione ou exponha a perigo bem jurídico de terceiro, razão pela qual o Direito Penal não pune, em regra, a autolesão nem a destruição do próprio patrimônio.

D) incorreta, uma vez que a destruição do próprio patrimônio configura crime de dano quando causar prejuízo econômico ao próprio agente.

E) incorreta, porque o princípio da alteridade se aplica apenas aos crimes contra a vida, não alcançando os crimes contra o patrimônio.

Gabarito: C

Comentário Fundamentado

A alternativa C está **correta**.

O **princípio da alteridade (ou transcendentalidade)** estabelece que **não há crime quando a conduta ofende exclusivamente bem jurídico do próprio agente**. Para que um fato seja **materialmente criminoso**, é necessário que a conduta lesione ou coloque em perigo **bem jurídico pertencente a terceiro**.

Desse princípio decorrem importantes consequências:

o **Direito Penal não pune a autolesão**;

quem **destrói o próprio patrimônio** não pratica, por esse simples fato, o crime de dano;

a intervenção penal somente se justifica quando a conduta ultrapassa a esfera jurídica do próprio agente e atinge interesses de terceiros ou da coletividade.

No caso apresentado:

Carlos destruiu bem de sua própria propriedade, inexistindo ofensa a patrimônio alheio;

Pedro lesionou apenas a si mesmo, inexistindo vítima diversa;

João, ao danificar o veículo do vizinho, ofendeu patrimônio de terceiro, razão pela qual sua conduta possui relevância penal.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O princípio da alteridade afasta justamente a punição das condutas que atingem exclusivamente bens jurídicos do próprio agente.

B) Incorreta.

A autolesão não configura crime de lesão corporal, justamente porque inexistente ofensa à integridade física de terceiro.

C) Correta.

A alternativa traduz corretamente o conteúdo do princípio da alteridade e suas consequências práticas.

D) Incorreta.

O crime de dano exige a destruição, inutilização ou deterioração de **coisa alheia**. A destruição do próprio patrimônio não configura esse delito.

E) Incorreta.

O princípio da alteridade possui aplicação geral no Direito Penal, não se restringindo aos crimes contra a vida.

Fundamentação Doutrinária

O **princípio da alteridade** determina que o Direito Penal somente intervém quando a conduta **transcende a esfera jurídica do próprio agente**, atingindo bem jurídico pertencente a outra pessoa ou à coletividade.

Por essa razão:

não há crime na autolesão;

não há crime de dano quando alguém destrói coisa própria;

a mera ofensa a interesse exclusivamente próprio não possui relevância penal, por não comprometer a paz social.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma apresentar situações envolvendo **autolesão, destruição do próprio patrimônio** ou outras condutas voltadas exclusivamente contra bens jurídicos do próprio agente para verificar se o candidato conhece o **princípio da alteridade**. Memorize a ideia central: **o Direito Penal protege bens jurídicos de terceiros; a autolesão e a ofensa ao próprio patrimônio, em regra, não constituem crime em razão da ausência de lesão a bem jurídico alheio.**

35) Após descobrir que estava grávida, Lúcia, maior de idade e plenamente capaz, procurou uma clínica clandestina e manifestou expressamente sua concordância para que Ricardo, médico, realizasse o aborto. Durante o procedimento, contudo, Lúcia mudou de ideia e pediu que a intervenção fosse imediatamente interrompida. Ricardo, ignorando a manifestação da gestante, prosseguiu com o procedimento até provocar a morte do nascituro. À luz do Código Penal, a conduta de Ricardo caracteriza o crime de

A) aborto provocado com o consentimento da gestante (art. 126 do Código Penal), pois o consentimento inicialmente concedido permanece válido até o término da intervenção.

B) autoaborto, uma vez que a gestante consentiu inicialmente com a prática abortiva.

C) aborto provocado sem o consentimento da gestante (art. 125 do Código Penal), pois o consentimento deve subsistir durante toda a execução do procedimento abortivo.

D) aborto qualificado, em razão da revogação do consentimento durante a execução do procedimento.

E) lesão corporal seguida de aborto, por ter havido alteração da vontade da gestante durante a prática do ato.

Gabarito: C

Comentário Fundamentado

A alternativa **C** está **correta**.

O **art. 126 do Código Penal** pune o terceiro que provoca aborto **com o consentimento da gestante**.

Entretanto, **esse consentimento deve permanecer válido durante toda a prática abortiva**. Caso a gestante **retire o consentimento antes da consumação do delito** e o agente prossiga na execução, desaparece um dos pressupostos do art. 126.

Nessa hipótese, o agente passa a responder pelo crime de **aborto provocado sem o consentimento da gestante (art. 125 do Código Penal)**.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O consentimento **não é irrevogável**. A gestante pode retirá-lo durante a execução, hipótese em que a continuidade da prática caracteriza o crime do art. 125 do Código Penal.

B) Incorreta.

O autoaborto (art. 124 do Código Penal) pressupõe que a própria gestante provoque o aborto em si mesma ou consinta que outrem lho provoque. No caso, a questão pergunta especificamente pela responsabilidade de Ricardo, terceiro executor.

C) Correta.

O consentimento deve persistir durante toda a execução do procedimento abortivo. Retirado esse consentimento, a continuidade da conduta configura aborto sem o consentimento da gestante.

D) Incorreta.

O Código Penal não prevê figura denominada "aborto qualificado" para essa hipótese.

E) Incorreta.

A alteração da vontade da gestante não transforma o fato em lesão corporal seguida de aborto. A figura típica aplicável permanece sendo a do art. 125 do Código Penal.

Fundamentação Legal

Art. 126 do Código Penal

"Provocar aborto com o consentimento da gestante."

Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

Parágrafo único

Aplica-se a pena do art. 125 quando:

a gestante **não é maior de 14 anos;**

é alienada ou débil mental; ou

o consentimento é obtido mediante **fraude, grave ameaça ou violência.**

Fundamentação Doutrinária

No aborto consentido:

o **terceiro executor** responde pelo **art. 126;**

a **gestante** responde pelo **art. 124** do Código Penal.

Contudo, o consentimento deve ser:

livre;

válido;

prestado por pessoa capaz; e

mantido durante toda a execução da prática abortiva.

Se o consentimento for inexistente, inválido, viciado ou posteriormente retirado, e ainda assim o agente prosseguir na execução, responderá pelo crime do **art. 125 do Código Penal**.

Também é importante destacar que:

o consentimento é **pessoal**, não podendo ser estendido a outro executor;

em regra, **não abrange o meio abortivo utilizado**, salvo quando a gestante condiciona expressamente sua concordância à utilização de determinado método.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma explorar os detalhes do **consentimento da gestante**. Memorize: **o terceiro responde pelo art. 126 apenas enquanto existir consentimento válido**. Se a gestante **retirar o consentimento durante o procedimento**, ou se ele for obtido por **fraude, grave ameaça ou violência**, ou ainda se a gestante **for menor de 14 anos, alienada ou débil mental**, o agente responderá pelo **art. 125 (aborto sem o consentimento da gestante)**. Além disso, **a gestante responde pelo art. 124**, enquanto o terceiro executor responde pelo art. 126.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

36) Após sofrer reiterados episódios de violência doméstica, Helena requereu medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Ao analisar o caso, o magistrado verificou que a vítima se encontrava em situação de elevada vulnerabilidade social e econômica, possuía dois filhos em idade escolar e havia indícios de que o agressor pretendia alienar um imóvel pertencente ao casal sem sua anuência.

À luz das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, é correto afirmar que o juiz poderá

A) **conceder auxílio-aluguel à ofendida por período de até 6 meses, fixando seu valor conforme a situação de vulnerabilidade social e econômica da vítima.**

B) determinar a transferência dos dependentes da ofendida para instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, desde que exista vaga disponível na instituição de destino.

C) suspender definitivamente as procurações conferidas pela ofendida ao agressor, independentemente de comunicação ao cartório competente.

D) proibir, em caráter permanente, a celebração de contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, ainda que haja autorização judicial.

E) determinar o afastamento da ofendida do lar apenas mediante sua renúncia aos direitos relativos aos bens, à guarda dos filhos e aos alimentos.

Gabarito: A

Comentário Fundamentado

A alternativa A está correta.

O **art. 23, VI, da Lei nº 11.340/2006**, incluído pela **Lei nº 14.674/2023**, prevê que o juiz poderá:

"Conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses."

Trata-se de medida protetiva de urgência destinada a garantir condições mínimas para que a vítima possa afastar-se da situação de violência sem comprometer sua subsistência.

Análise das alternativas

A) Correta.

Reproduz fielmente o disposto no **art. 23, VI, da Lei Maria da Penha**.

B) Incorreta.

O **art. 23, V**, estabelece justamente o contrário: a matrícula ou transferência dos dependentes poderá ocorrer **independentemente da existência de vaga**.

C) Incorreta.

O juiz pode determinar a **suspensão das procurações** conferidas pela ofendida ao agressor (art. 24, III), mas o **parágrafo único do art. 24** determina que **deverá oficiar ao cartório competente** para os fins previstos nos incisos II e III.

D) Incorreta.

A proibição é **temporária**, e admite exceção mediante **expressa autorização judicial** (art. 24, II).

E) Incorreta.

Nos termos do **art. 23, III**, o afastamento da ofendida do lar ocorrerá **sem prejuízo dos direitos relativos aos bens, à guarda dos filhos e aos alimentos**.

Fundamentação Legal

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Art. 23

O juiz poderá, entre outras medidas:

encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa de proteção ou atendimento;

determinar a recondução ao domicílio após o afastamento do agressor;

determinar o afastamento da ofendida do lar **sem prejuízo** dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

determinar a separação de corpos;

determinar a matrícula ou transferência dos dependentes para instituição de educação básica mais próxima do domicílio da vítima, **independentemente da existência de vaga**;

conceder **auxílio-aluguel**, por período **não superior a seis meses**, conforme a vulnerabilidade social e econômica da ofendida.

Art. 24

Para proteção patrimonial, o juiz poderá determinar, entre outras medidas:

restituição de bens indevidamente subtraídos;

proibição **temporária** de atos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo autorização judicial;

suspensão das procurações conferidas ao agressor;

prestação de caução provisória por perdas e danos materiais.

Parágrafo único: o juiz deverá **oficiar ao cartório competente** para as medidas previstas nos incisos II e III.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma trocar pequenas expressões da lei para induzir o erro. Memorize os seguintes pontos do **art. 23** e do **art. 24** da **Lei Maria da Penha**: (1) o **auxílio-aluguel** pode ser concedido por **até 6 meses**; (2) a matrícula ou transferência dos dependentes ocorre **independentemente da existência de vaga**; (3) o afastamento da ofendida do lar ocorre **sem prejuízo** de seus direitos patrimoniais, de guarda e alimentos; (4) a proibição de compra, venda e locação de bem comum é **temporária** e admite autorização judicial; e (5) nas hipóteses dos incisos II e III do art. 24, **o juiz deve oficiar ao cartório competente**.

37) Durante o julgamento de uma ação penal fundada na Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), o magistrado condenou definitivamente um agente público pela prática do delito. O Ministério Público requereu, na sentença, a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima, bem como a decretação da perda do cargo público e da inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de cinco anos. Constatou-se, entretanto, que o réu não era reincidente em crime de abuso de autoridade.

À luz do disposto no art. 4º da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

A) a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública constituem efeitos automáticos da condenação, independentemente de reincidência.

B) a obrigação de indenizar o dano somente poderá ser reconhecida em ação civil própria, sendo vedado ao juiz fixar valor mínimo para reparação na sentença penal condenatória.

C) a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para seu exercício dependem de reincidência em crime de abuso de autoridade e de declaração motivada na sentença, não decorrendo automaticamente da condenação.

D) a perda do cargo depende de reincidência em crime de abuso de autoridade, mas a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública constitui efeito automático da condenação.

E) a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal depende exclusivamente de iniciativa do juiz, sendo dispensável requerimento do ofendido.

Gabarito: C

Comentário Fundamentado

A alternativa C está **correta**.

O **art. 4º da Lei nº 13.869/2019** prevê os seguintes efeitos da condenação:

tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, **a requerimento do ofendido**, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos;

inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de **1 a 5 anos**;

perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Todavia, conforme dispõe o **parágrafo único do art. 4º**, os efeitos previstos nos incisos **II e III**:

não são automáticos;

dependem da reincidência em crime de abuso de autoridade; e

devem ser declarados motivadamente na sentença.

Como o agente **não era reincidente**, não podem ser decretadas a perda do cargo nem a inabilitação.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O parágrafo único do art. 4º afasta expressamente a automaticidade desses efeitos e exige reincidência.

B) Incorreta.

O inciso I do art. 4º autoriza o juiz, **a requerimento do ofendido**, a fixar na própria sentença penal o valor mínimo para reparação dos danos.

C) Correta.

Reproduz fielmente o disposto no art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019.

D) Incorreta.

Tanto a **perda do cargo** quanto a **inabilitação** submetem-se aos mesmos requisitos: reincidência e declaração motivada na sentença.

E) Incorreta.

A lei exige **requerimento do ofendido** para que o juiz fixe o valor mínimo destinado à reparação dos danos.

Fundamentação Legal

Lei nº 13.869/2019 – Art. 4º

São efeitos da condenação:

I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, **a requerimento do ofendido**, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos;

II – inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de **1 a 5 anos**;

III – perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único:

Os efeitos previstos nos incisos **II** e **III**:

dependem de reincidência em crime de abuso de autoridade;

não são automáticos; e

devem ser declarados motivadamente na sentença.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma explorar os requisitos para a **perda do cargo** e a **inabilitação** na Lei de Abuso de Autoridade. Memorize a sequência: **reincidência + decisão motivada = possibilidade de perda do cargo e inabilitação**. Sem esses dois requisitos, tais efeitos **não podem ser aplicados**. Além disso, atenção ao inciso I do art. 4º: o juiz pode fixar **valor mínimo para reparação dos danos**, mas **somente a requerimento do ofendido**.

38) Durante uma operação de combate ao crime organizado, agentes públicos prenderam um suspeito e, por determinação de seu superior hierárquico, submeteram-no a intenso sofrimento físico e psicológico com o objetivo de obter a localização de outros integrantes da organização criminosa. Posteriormente, um dos agentes alegou que apenas cumpria ordens superiores e que a gravidade da situação justificava a adoção de tais medidas.

À luz da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a alegação apresentada pelo agente é

A) procedente, pois a existência de ameaça à segurança pública constitui circunstância excepcional apta a justificar a prática da tortura.

B) improcedente, pois nem circunstâncias excepcionais nem a ordem de funcionário superior ou de autoridade pública podem ser invocadas como justificativa para a prática da tortura.

C) procedente, desde que a tortura tenha sido empregada exclusivamente para obtenção de informações relacionadas à segurança nacional.

D) improcedente apenas quanto à ordem do superior hierárquico, admitindo-se, entretanto, a invocação de estado de guerra ou emergência pública como justificativa para a tortura.

E) procedente, desde que os sofrimentos impostos sejam exclusivamente de natureza psicológica, sem emprego de violência física.

Gabarito: B

Comentário Fundamentado

A alternativa **B** está **correta**.

Nos termos do **art. 2º da Convenção Contra a Tortura**, os Estados-Partes devem adotar medidas eficazes para impedir a prática da tortura.

Além disso, a Convenção estabelece duas regras fundamentais:

nenhuma circunstância excepcional — como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública — **pode ser invocada para justificar a tortura** (art. 2º, item 2);

a ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública também não pode ser utilizada como justificativa para a prática da tortura (art. 2º, item 3).

Assim, tanto a alegação de cumprimento de ordens quanto a gravidade da situação enfrentada pelos agentes são juridicamente incapazes de afastar a ilicitude da conduta.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O art. 2º, item 2, é expresso ao afirmar que **nenhuma circunstância excepcional** pode justificar a prática da tortura.

B) Correta.

A alternativa reproduz fielmente os itens 2 e 3 do art. 2º da Convenção.

C) Incorreta.

A obtenção de informações ou confissões é justamente uma das finalidades que caracterizam a tortura no art. 1º, não constituindo causa de justificação.

D) Incorreta.

Nem a ordem superior nem situações de guerra, instabilidade política ou emergência pública podem justificar a tortura.

E) Incorreta.

A definição de tortura abrange **dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais**, razão pela qual o sofrimento exclusivamente psicológico também pode caracterizar tortura.

Fundamentação Convencional

Art. 1º

A Convenção define tortura como qualquer ato pelo qual **dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais**, são infligidos **intencionalmente** para, entre outras finalidades:

obter informações ou confissões;

castigar;

intimidar ou coagir;

praticar discriminação;

quando praticados por **funcionário público**, por quem exerça funções públicas, ou por sua instigação, consentimento ou aquiescência.

Não se consideram tortura os sofrimentos decorrentes **unicamente de sanções legítimas**, ou que lhes sejam inerentes.

Art. 2º

Os Estados-Partes devem adotar medidas eficazes para prevenir a tortura.

Além disso:

nenhuma circunstância excepcional pode justificar sua prática;

a ordem de superior hierárquico ou autoridade pública também não constitui justificativa.

Art. 3º

Nenhum Estado-Parte poderá expulsar, devolver ou extraditar pessoa para outro Estado quando houver **razões substanciais para crer que ela corre perigo de ser submetida à tortura**, devendo considerar, entre outros fatores, a existência de **violações sistemáticas, graves e maciças de direitos humanos** naquele Estado.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma cobrar a **literalidade** da Convenção Contra a Tortura. Memorize quatro pontos essenciais: (1) a tortura pode envolver **sofrimento físico ou mental**; (2) **nenhuma circunstância excepcional** (guerra, emergência pública ou instabilidade política) justifica sua prática; (3) **ordem de superior hierárquico não exclui a responsabilidade**; e (4) é vedada a **expulsão, devolução ou extradição** de pessoa para país onde existam razões substanciais para acreditar que será submetida à tortura. Esses detalhes são frequentemente explorados em provas da FCC por meio de pequenas alterações na redação do tratado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

39) Em determinado Município, a Administração Pública editou um decreto regulamentando a lei municipal de vigilância sanitária. Posteriormente, realizou inspeções em estabelecimentos comerciais, expediu licenças de funcionamento, interditou um restaurante por graves irregularidades sanitárias e aplicou multa ao seu proprietário após regular processo administrativo.

Considerando a doutrina majoritária e os Poderes Administrativos, é correto afirmar que as medidas adotadas pela Administração

A) configuram exercício do poder disciplinar, pois decorreram da aplicação de sanções administrativas a particular.

B) caracterizam o exercício do poder de polícia em sentido estrito, que compreende a regulamentação de leis, o controle preventivo e o controle repressivo, visando à proteção do interesse público.

C) constituem exercício do poder de polícia em sentido amplo apenas quanto à edição do decreto regulamentar, sendo as demais medidas atos de gestão administrativa sem natureza de poder de polícia.

D) somente poderiam ser praticadas mediante autorização prévia do Poder Judiciário, em razão da restrição imposta aos direitos individuais.

E) decorrem do poder hierárquico, uma vez que a Administração possui supremacia sobre todos os particulares que se encontrem em seu território.

Gabarito: B

Comentário Fundamentado

A alternativa **B** está **correta**.

Em **sentido estrito**, o poder de polícia corresponde à atividade administrativa destinada a **condicionar e restringir direitos, liberdades e propriedades em benefício da coletividade**, compreendendo, segundo a doutrina de **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**:

regulamentação das leis de polícia;

controle preventivo, mediante ordens, notificações, licenças e autorizações;

controle repressivo, por meio da imposição de medidas coercitivas, como multas, interdições e outras sanções administrativas.

No caso apresentado:

a edição do decreto regulamentador corresponde à **regulamentação da lei**;

a expedição de licenças e a fiscalização representam **controle preventivo**;

a interdição do estabelecimento e a aplicação de multa constituem **controle repressivo**.

Todas essas atividades integram o exercício do **poder de polícia administrativo em sentido estrito**.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

O **poder disciplinar** pressupõe vínculo específico entre a Administração e o administrado (como servidor público ou contratado). No caso, as medidas decorrem do **poder de polícia**, exercido sobre particulares em geral.

B) Correta.

A alternativa reproduz corretamente o conceito doutrinário de poder de polícia em sentido estrito.

C) Incorreta.

Todas as medidas descritas — regulamentação, fiscalização, licenciamento, interdição e multa — integram o exercício do poder de polícia administrativo.

D) Incorreta.

O exercício regular do poder de polícia independe de autorização judicial prévia, desde que respeitados a lei, a motivação e o devido processo legal quando exigidos.

E) Incorreta.

As medidas decorrem do **poder de polícia**, e não do **poder hierárquico**, que disciplina as relações internas entre órgãos e agentes da Administração.

Fundamentação Doutrinária

Segundo **Hely Lopes Meirelles**, o poder de polícia é:

"A faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado."

Para **José dos Santos Carvalho Filho**, trata-se da:

"Prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade."

Já **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** ensina que o poder de polícia compreende:

regulamentação das leis;

controle preventivo (licenças, autorizações, ordens e notificações);

controle repressivo (medidas coercitivas e sanções administrativas).

Além disso, o **art. 78 do Código Tributário Nacional** define o poder de polícia como a atividade administrativa que limita ou disciplina direitos, interesses ou liberdades em razão do interesse público, exigindo que seu exercício observe os **limites da lei**, o **devido processo legal** e, quando cabível, a ausência de abuso ou desvio de poder.

Dica de prova (FCC): A FCC costuma diferenciar o **poder de polícia em sentido amplo** do **poder de polícia em sentido estrito**. Memorize: **sentido amplo** envolve tanto a **atividade legislativa** (edição de leis restritivas) quanto a **atividade administrativa**; **sentido estrito** refere-se apenas à atuação da Administração Pública, abrangendo **regulamentação das leis, fiscalização, licenciamento, autorizações e aplicação de sanções administrativas**. Outro ponto recorrente é distinguir o **poder de polícia**, exercido sobre particulares em razão de um **vínculo geral**, do **poder disciplinar**, que pressupõe **vínculo específico** com a Administração.

40. Durante auditoria realizada em uma autarquia federal, constatou-se que o diretor-presidente nomeou sua esposa para ocupar cargo em comissão. A nomeação observou todas as formalidades legais previstas à época,

inexistindo lei específica que vedasse expressamente essa conduta. Contudo, a Controladoria concluiu que o ato contrariava os padrões éticos exigidos da Administração Pública.

À luz do princípio da moralidade administrativa previsto na Constituição Federal e da doutrina majoritária, assinala a alternativa correta.

A) O princípio da moralidade administrativa constitui mera decorrência do princípio da legalidade, razão pela qual não é possível reconhecer a invalidade de um ato administrativo quando este estiver em conformidade com a lei.

B) A Constituição Federal trata os princípios da legalidade e da moralidade como princípios autônomos, admitindo-se a existência de atos administrativos legais, mas incompatíveis com a moralidade administrativa.

C) A moralidade administrativa possui natureza exclusivamente ética, sem qualquer eficácia jurídica, servindo apenas como recomendação de boa conduta aos agentes públicos.

D) A violação ao princípio da moralidade administrativa somente poderá ser reconhecida quando houver expressa previsão legal proibindo a conduta praticada pelo agente público.

E) A Lei nº 9.784/1999 não contempla o princípio da moralidade administrativa, restringindo-se à observância dos princípios da legalidade e da eficiência.

Gabarito: B

Comentário

A alternativa **B** está **correta**.

A Constituição Federal, em seu **art. 37, caput**, consagra expressamente os princípios da **legalidade** e da **moralidade** como princípios **autônomos**, afastando o antigo entendimento doutrinário segundo o qual a moralidade estaria absorvida pela legalidade.

Assim, é plenamente possível que determinado ato administrativo seja **formalmente legal**, mas **materialmente imoral**, quando contrariar padrões éticos, de honestidade, probidade, boa-fé, justiça e boa administração. O exemplo clássico é a nomeação de cônjuge para cargo em comissão (nepotismo), situação que evidencia que a legalidade, por si só, não basta para legitimar a atuação administrativa.

A doutrinadora **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** afirma que há ofensa ao princípio da moralidade sempre que a conduta, embora em conformidade com a lei, afronta a moral, os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia de honestidade.

Além disso, a moralidade administrativa possui diversos fundamentos constitucionais, como:

art. 37, § 4º – atos de improbidade administrativa;

art. 14, § 9º – proteção da probidade administrativa e da moralidade para o exercício de mandato eletivo;

art. 85, V – crime de responsabilidade do Presidente da República por atos contra a probidade administrativa;

art. 5º, LXXIII – cabimento da ação popular para anular ato lesivo à moralidade administrativa.

A **Lei nº 9.784/1999**, em seu **art. 2º**, também prevê expressamente o princípio da moralidade, determinando atuação segundo padrões éticos de **probidade, decoro e boa-fé**.

Análise das alternativas

A) Incorreta. A Constituição Federal conferiu autonomia ao princípio da moralidade, de modo que um ato pode ser legal e, ainda assim, violar a moralidade administrativa.

B) Correta. É exatamente a orientação constitucional e doutrinária predominante.

C) Incorreta. A moralidade administrativa possui **eficácia jurídica**, produzindo consequências como a invalidação de atos, responsabilização por improbidade e controle judicial.

D) Incorreta. A ofensa à moralidade pode ocorrer mesmo sem lei específica proibindo determinada conduta, pois o princípio possui força normativa própria.

E) Incorreta. A **Lei nº 9.784/1999**, em seu **art. 2º**, prevê expressamente o princípio da moralidade e exige atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.